

MODESTO CARVALHOSA

DA
CLEPTOCRACIA
PARA A

DEMOCRACIA
EM 2019

UM PROJETO DE
GOVERNO E DE ESTADO

THOMSON REUTERS
REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

SUMÁRIO

1. OS DESAFIOS DE UM GOVERNO DECENTE.....	17
1.1. Governar com o que temos.....	18
1.2. Medidas concretas e imediatas.....	21
1.3. Medidas estruturais – uma nova Constituição.....	23
1.4. Os graves obstáculos que devem ser enfrentados.....	26
1.5. O dano da corrupção é medido pelo desperdício dos recursos orçamentários e não apenas pelas propinas.....	29
1.6. A corrupção como causa do subdesenvolvimento.....	29
1.7. A persistência da pobreza diante do índice de desenvolvimento humano.....	30
1.8. Atacar simultaneamente as causas.....	32
1.9. A insuficiência da visão contratualista do Estado.....	34
1.10. O amplo espectro do projeto neoliberal de diminuição do Estado.....	35
1.11. A visão superestrutural da nossa realidade.....	37
1.12. Sociedades de massa e de consumo.....	39
1.13. A exclusão dos pobres gera a patologia social.....	40
1.14. A patologia social numa sociedade de consumo.....	41
1.15. O populismo na sociedade excludente e alienada.....	43
1.16. A cleptocracia na sua relação com o setor privado.....	45
1.17. A perversa política anticíclica.....	46
1.18. A amplitude da cleptocracia dominante.....	46
2. UMA BREVE EXPLICAÇÃO DAS PROPOSTAS CONSTITUCIONAIS.....	49
2.1. Extinção do foro privilegiado.....	49
2.2. Não reeleição para qualquer cargo eletivo.....	50
2.3. Voto distrital puro.....	58
2.4. Igualdade de tempo dos candidatos partidários e independentes na propaganda eleitoral gratuita.....	62
2.5. <i>Recall</i> – perda do mandato de deputado, prefeito e vereador por iniciativa dos próprios eleitores.....	64

2.6. Não remuneração para os vereadores.....	68
2.7. Eliminação do fundo partidário	72
2.8. Eliminação das emendas parlamentares.....	74
2.9. Eliminação do financiamento público de campanhas eleitorais	75
2.10. Propaganda eleitoral restrita aos pronunciamentos dos candidatos	78
2.11. Referendo e plebiscito a cada dois anos para aprovação de matérias constitucionais, legislativas e administrativas relevantes.....	79
2.12. Reforma tributária com base nos projetos e estudos aceitos pela sociedade.....	84
2.13. Reforma previdenciária dentro da estrita observância do princípio de isonomia entre o setor público e o setor privado.....	87
2.14. Reforma fiscal com a redução efetiva das despesas de custeio e do enorme desperdício no setor público nos três poderes e nas três esferas	91
2.15. Seguro de obras – <i>performance bonds</i>	97
2.16. Efetividade do princípio da isonomia: A LEI SERÁ IGUAL PARA TODOS, para que todos sejam iguais perante a lei. Igualdade dos direitos e obrigações dos que trabalham no setor público e no setor privado.....	103
2.17. O direito adquirido não pode prevalecer sobre o interesse público e nem ter sua origem em atos normativos editados em causa própria	107
2.18. O regime de estabilidade restrito à magistratura, aos oficiais das forças armadas, aos promotores públicos, aos delegados das polícias judiciárias e aos oficiais das polícias militares e da polícia federal.....	109
2.19. Adoção do concurso público de provas e títulos para o exercício da magistratura nos tribunais superiores, com mandato de 10 anos.....	113
3. NO PLANO INSTITUCIONAL.....	117
3.1. Integração sociedade-Estado na adoção de políticas públicas e na prestação de serviços à comunidade.....	117
3.2. Regime de transparência de todos os dados do setor público, nas três esferas, dentro do conceito de <i>open government</i>	119
3.3. Eliminação dos privilégios dos integrantes do setor público.....	120
3.4. Regime de automação dos serviços públicos – dentro do conceito de <i>big data</i>	126
3.5. Adoção do sistema de declaração em substituição ao da autorização prévia.....	128
3.6. A privatização das empresas públicas e de economia mista no prazo de 10 anos	132
3.7. Reformulação do pacto federativo, num prazo de implementação de dez anos.....	139